

## Recursos Educacionais Abertos e o processo de ensino-aprendizagem de línguas no ensino médio: possibilidades de formação ética diante dos direitos autorais

*Open Educational Resources and the language teaching-learning process in high school: possibilities for ethical training in the face of copyright*

Hellen Boton Gandin<sup>1</sup>

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, Brasil.

Ana Paula Teixeira Porto\*\*

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, Brasil.

**Resumo:** As discussões que permeiam este artigo relacionam-se às possibilidades de formação ética que podem ser efetivadas a partir da criação e/ou apropriação de Recursos Educacionais Abertos voltados às práticas de ensino de línguas no ensino médio. A partir disso, objetiva-se apontar, em uma perspectiva reflexiva, alguns princípios que permeiam o movimento REA e que podem auxiliar na construção de uma formação ética diante dos direitos autorais na etapa formativa em questão. Para contemplar tais reflexões, o trabalho possui, como percurso metodológico, um aprofundamento teórico-crítico fundamentado por pesquisa bibliográfica, que, através de leituras de diferentes aportes, possibilitará um caminho de discussão sobre as implicações que envolvem o movimento REA, suas possibilidades no percurso de aprendizagem de línguas e, por fim, algumas possibilidades de formação ética que tais recursos podem propiciar aos seus criadores/consumidores. Por se tratar de uma pesquisa que evidencia, especificamente, recursos voltados às práticas de ensino e aprendizagem de línguas, destaca-se que uma formação ética contribui não apenas para a compreensão das particularidades que envolvem um processo de autoria de REA, mas também para a qualificação dos materiais que circulam as redes colaborativas da internet e que são explorados para fins educacionais.

**Palavras-chave:** REA. Ensino e aprendizagem de línguas. Ética. Direitos Autorais. Ensino médio.

**Abstract:** The discussions that permeate this academic paper are related to the possibilities of ethical training that can be implemented through the creation and/or appropriation of Open Educational Resources aimed at language teaching practices in secondary education. From this, the objective is to point out, from a reflective perspective, some principles that permeate the OER movement and that can help in the construction of ethical training regarding copyright in the training stage in question. To contemplate such reflections, the work has, as a methodological path, a theoretical-critical deepening based on bibliographical research, which, through readings of different contributions, will enable a path of discussion about the implications involving the OER movement, its possibilities in the language learning journey and, finally, some possibilities for ethical training that such resources can provide to their creators/consumers. As this is research that specifically highlights resources aimed at language teaching and learning practices, it is highlighted that ethical

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Frederico Westphalen. Bolsista CAPES. E-mail: [hellengandin@gmail.com](mailto:hellengandin@gmail.com).

\*\* Doutora e mestre em Letras. Professora dos Programas de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/FW. E-mail: [anapaula@uri.edu.br](mailto:anapaula@uri.edu.br).

training contributes not only to the understanding of the particularities that involve an OER authoring process, but also to the qualification of materials that circulate on collaborative internet networks and that are explored for educational purposes.

**Keywords:** OER. Language teaching and learning. Ethic. Copyright. High school.

## 1 INTRODUÇÃO

A exploração crítica de Recursos Educacionais Abertos em práticas de ensino e aprendizagem de línguas é um caminho que oferece diferentes experiências na construção de saberes, sobretudo na era digital. Isso se deve ao fato de que, atualmente, através do aumento das possibilidades de criação em meio as redes, para além de uma perspectiva de consumo, tem-se uma maior quantidade de recursos disponíveis de forma aberta que podem contribuir para o aprendizado de um novo idioma. A exemplo disso, pode-se citar os materiais audiovisuais, imagens, *podcasts*, livros e demais formatos de textos que apresentam a língua que está sendo aprendida em diferentes vieses, nos quais é possível explorar questões relacionadas à cultura, diversidade linguística, formas de expressão e aspectos gramaticais, por exemplo.

Nesse sentido, a presença de tais recursos nas práticas escolares atuais, sobretudo de ensino de línguas, proporciona não apenas o contato com o idioma em diferentes contextos e suportes, mas também estimulam a reflexão crítica sobre a apropriação (consumo) e criação (autoria) de materiais que circulam ou que serão publicados na internet. Aspectos como direitos autorais, licenças permissivas e restritivas, formas de publicação, responsabilidade quanto à qualidade, acesso a materiais abertos para adaptação, pesquisa em repositórios, entre outros pontos podem ser debatidos em atividades escolares como uma forma de ampliar a participação dos estudantes no campo de criação e qualificação de REA nas redes móveis. Nesse percurso, o fundamento basilar que envolve o enfoque desta pesquisa é a ampliação de experiências autorais e criativas no ensino médio, em uma perspectiva de avanço na condição de usuários das tecnologias para a condição de criadores e multiplicadores de conhecimento, sobretudo aberto, com o intuito de qualificar a formação básica a partir da utilização e compreensão crítica das tecnologias digitais (Mallmann, Mazzardo, 2020; BNCC, 2018).

A partir disso, o objetivo da pesquisa é apontar, em uma perspectiva reflexiva, alguns princípios que permeiam o movimento REA e que podem auxiliar na construção de uma formação ética diante dos direitos autorais, tanto em um viés de consumo quanto de criação/autoria de recursos, na etapa formativa do ensino médio. O percurso metodológico que irá atender à proposta investigativa é pautado em pesquisa bibliográfica e com um aprofundamento teórico-crítico, que possibilitará um estudo a respeito das implicações que envolvem o movimento REA, suas possibilidades no percurso de aprendizagem de línguas e, por fim, algumas possibilidades de formação ética que esses recursos podem propiciar aos seus criadores/consumidores.

Para tal propósito, as reflexões estão organizadas em três seções, que irão abordar, respectivamente, algumas implicações a respeito dos Recursos Educacionais Abertos, a

autoria e/ou apropriação de REA no ensino de línguas e, finalmente, algumas possibilidades de formação ética possível a partir do movimento REA.

## **2 RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS E SUAS IMPLICAÇÕES**

Na educação, o movimento dos Recursos Educacionais Abertos – reconhecidos mundialmente pelo termo REA – contribui para a qualificação e oferta de maiores possibilidades de ensino e aprendizagem na era digital, tanto em uma perspectiva de ampliação do acesso a materiais diversos, como de interação com novas experiências educativas. O enfoque desse movimento, nesse sentido, centraliza-se na abertura e nas características que essa oferece, seja no sentido de navegar nos horizontes dos materiais já disponíveis para acesso, como no percurso criativo de autoria de um material personalizado.

A Declaração REA de Paris (UNESCO, 2012, p. 01) conceitua tais recursos como:

[...] materiais de ensino, aprendizagem e investigação em quaisquer suportes, digitais ou outros, que se situem no domínio público ou que tenham sido divulgados sob licença aberta que permite acesso, uso, adaptação e redistribuição gratuitos por terceiros, mediante nenhuma restrição ou poucas restrições. O licenciamento aberto é construído no âmbito da estrutura existente dos direitos de propriedade intelectual, tais como se encontram definidos por convenções internacionais pertinentes, e respeita a autoria da obra.

Observa-se, a partir do conceito debatido e impulsionado pela UNESCO, que há a correlação de uma tríade de particularidades que anunciam o grande potencial transformador desses recursos, sendo essa composta pelas seguintes compreensões: quaisquer materiais, digitais ou não, que possam ser explorados em uma finalidade pedagógica + compartilhados ou disponíveis através de um formato e uma licença aberta + liberdade para apropriação e manuseio criativo do material. Em teor de afinamento de compreensão, pode-se citar que a diferença que se exprime entre um recurso educacional qualquer e um REA é a característica da abertura, essa que deve ser garantida e nível de acesso (licença que permita a apropriação) e a nível técnico (formatos que sejam fáceis de abrir e de editar as informações que compõe o material).

Para compreender as implicações que envolvem o processo de autoria e de consumo é necessário reconhecer quais são os aspectos que envolvem o âmbito dos tipos de REA existentes. Dessa forma, a nível de caracterização, as Diretrizes para a Elaboração de Políticas de Recursos Educacionais Abertos, documento publicado pela UNESCO (2019), apresentam conceituações que elucidam alguns pontos gerais que envolvem o movimento REA, no sentido de compreender quais são os recursos que podem ser considerados REA. Seguindo o documento:

Independentemente de sua definição conceitual, REA engloba uma vasta gama de recursos de aprendizagem. As características gerais dos REA são as seguintes:

- Eles podem designar qualquer tipo de recurso de aprendizagem.
- Muitas vezes, mas não exclusivamente, são apresentados em formato digital.

- O formato facilita a reutilização, compartilhamento e adaptação do recurso para um ambiente educacional diferente do original, portanto, muitas vezes são digitais. (UNESCO, 2019, p. 12)<sup>2</sup>

Portanto, podem ser considerados REA os seguintes materiais: livros, *podcasts*, imagens, animações, tarefas, planos de aula, atividades interativas, jogos, questionários, apresentações de slides, infográficos, cursos completos, vídeos, tutoriais, entre outros. A variedade de materiais que podem ser criados e acessados, respeitando as diretrizes a respeito da possibilidade de abertura e de modificação, focalizam um ponto importante que é a compreensão do objetivo do movimento REA no contexto educacional mundial. As discussões a respeito do conceito e das características que envolvem os materiais considerados REA já denotam o teor inclusivo e colaborativo no que tange construção e acesso ao conhecimento.

De acordo com o Plano de Ação de Liubliana sobre REA (2017, p. 01), referente ao Segundo Congresso Mundial sobre os REA, tais recursos possuem o objetivo de “realizar sociedades do conhecimento inclusivas”, pois “apoiam uma educação de qualidade que seja equitativa, inclusiva, aberta e participativa”. A partir desse conceito, é importante destacar que os vieses que o documento defende vão ao encontro da perspectiva reflexiva de Zanin (2017, p. 03), na medida em que a autora aponta que “o objetivo da criação dos REA é a produção de conteúdo sem ideia proprietária, mas sim de bem comum”. Ou seja, a partir de um caminho que possibilita a todos o acesso a informações e ao conhecimento, com poucas ou nenhuma barreira para exploração, tem-se, como consequência, uma sociedade que trabalha unida para propor cenários educativos mais igualitários e de qualidade.

Destaca-se também que no debate promovido pelo Segundo Congresso Mundial sobre REA, discutiu-se o papel central que os REA podem desempenhar para “alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” e, principalmente, “o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, que se refere à educação de qualidade” (UNESCO, 2017, p. 01). O potencial transformador, conseqüentemente, se realça na medida em que esses recursos podem contribuir tanto como instrumentos em processos educacionais presenciais, como a distância e, por conta da característica da abertura, oferecem novos horizontes à distribuição e elaboração de novos materiais, que podem ser de melhor qualidade e gratuitos (Zanin, 2017).

A abertura no movimento REA é a principal característica que os qualifica aptos para traçar um caminho de mudança na educação mundial. Leffa (2016, p. 363) expõe um duplo sentido que facilita a compreensão das possibilidades da abertura nos REA. Segundo o autor, a abertura deve ser interpretada também em uma perspectiva de adaptação, dessa forma, tem-se a uma proposta composta por “3A”,  $A = A + A$ , ou seja, Abertura = Acesso + Adaptação. Dessa forma, a abertura no movimento REA deve ser compreendida em dois aspectos: os recursos precisam permitir o acesso por meio de licenças flexíveis, e ainda essas licenças precisam informar qual é o nível de abertura para

---

<sup>2</sup> Tradução nossa.

que seja possível fazer adaptações no material – não apenas adaptações, mas também demais liberdades, como retenção, revisão, remixagem e redistribuição (Wiley, 2014).

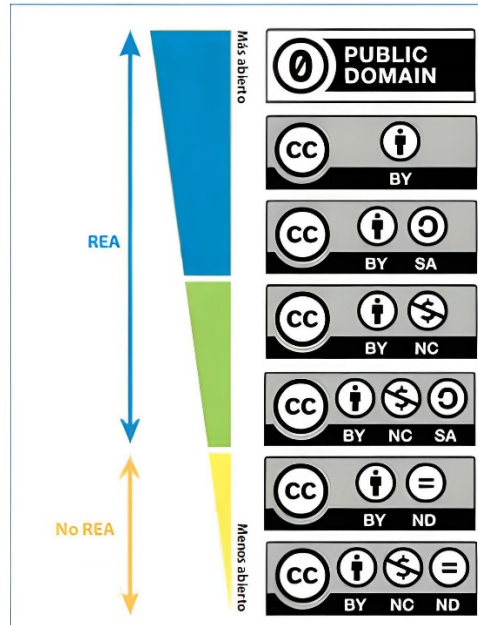
É importante destacar que a disponibilização das obras para uso, acessíveis de forma digital ou não, podem ser apresentadas em diferentes tipos de licença. Dentre as principais licenças, destacam-se: licença *Copyright* ou “Todos os direitos reservados”, que não se enquadra como licença de REA por ser totalmente restritiva; licença *Creative Commons* ou “Alguns direitos reservados”, licença que oferece ao autor a autonomia de escolher quais práticas podem ser desempenhadas por possíveis interessados em seu recurso, sem que seja necessária a sua autorização. Esta licença se associa ao movimento REA, contudo, dependendo de quais restrições forem selecionadas pelo autor, o material também não pode ser considerado aberto para acesso e exploração. Por fim, o domínio público ou “Nenhum direito reservado”, que se caracteriza pelo alto grau de permissividade, ou seja, qualquer recurso disponibilizado sob domínio público é um REA e pode ser explorado de diferentes formas, desde que possua abertura técnica para adaptação.

Diante de tais diferenciações, Mallmann e Mazzardo (2020, p. 53) afirmam que para um material ser considerado REA, esse precisa “ser de domínio público; ou possuir licença aberta que permite o acesso e direito de fazer/ter cópias (reter), o reuso, a adaptação (revisão), o remix e a redistribuição”. Portanto, em uma perspectiva de criação de REA, de forma autoral, a licença que melhor se adequa ao objetivo de compartilhar para acesso facilitado de todos é a *Creative Commons*. Isso porque essa licença, segundo Atkins, Brown e Hammond (2007, p. 13)

[...] com um slogan de compartilhar, reutilizar e remixar, legalmente, é um serviço de infraestrutura crítica para o movimento REA, fornecendo ferramentas gratuitas que permitem que autores, cientistas, artistas e educadores marquem facilmente seu trabalho criativo com as liberdades que desejam carregar.

Dessa forma, a licença contribui para ambas figuras que compõem o movimento REA: autores e consumidores de REA. O autor do material poder selecionar e apresentar quais são as liberdades que podem ser desempenhadas a partir do acesso ao material e, por outro lado, os consumidores do material terão acesso à informação do que é possível fazer, em nível prático, com o material acessado, sem infringir os direitos autorais. As liberdades ou condições de licenciamento que podem ser combinadas para formar a licença são: atribuição da autoria, compartilhamento pela mesma licença, uso não comercial, não a obras derivadas. Contudo, é importante destacar que “algumas ações, quando combinadas, podem apresentar níveis de restrições elevadas, o que desqualifica o recurso como sendo REA” (Gandín, 2022, p. 76), aspecto que pode ser observado a partir da Figura 1.

Figura 1 – Gradação das licenças Creative Commons de acordo com a sua abertura



Fonte: Green (2017, p. 37 *apud* UNESCO, 2017, p. 15). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373558>. Acesso em: 25 fev. 2023.

Nesse sentido, a escolha pela combinação das condições de licenciamento impacta na flexibilização do acesso ao conteúdo do recurso e também no nível de personalização possível de ser feito a partir da apropriação deste. Em outras palavras, as liberdades de exploração associadas ao tipo de licenciamento de REA podem ampliar a prática docente a um patamar de edição que permite a criação criativa ou restringir à publicação de novos materiais sob uma mesma licença e proibindo o uso comercial, por exemplo.

### 3 AUTORIA/CONSUMO DE REA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS

A presença de REA de qualidade em práticas de ensino e aprendizagem de línguas contribui em diferentes aspectos para a atuação do professor e também para a aprendizagem dos estudantes, sobretudo, em contexto digital, que prima pela colaboração e trabalho em equipe. O seu uso oferece caminhos para a exploração de novos materiais para apoio à aprendizagem, estes que podem ser apresentados tanto em suporte digital, como impresso. A partir disso, os REA, dependendo do seu formato e suporte, podem focalizar no aprimoramento de inúmeras habilidades importantes para a compreensão de um novo idioma, como a qualificação da habilidade de escuta da pronúncia de falantes do idioma através de vídeos e aspectos culturais de diferentes países em recursos textuais, por exemplo.

Nesse sentido, as discussões que esta seção propõe permeiam a reflexão sobre as possibilidades que a autoria e o consumo de REA podem oferecer, tanto em uma

perspectiva de ensino, a partir da compreensão do que as particularidades do movimento aberto oferecem aos professores de línguas, como de aprendizagem. É importante destacar que pensar em autoria e em consumo de materiais abertos para fins educacionais é também refletir sobre práticas educativas pautadas na autonomia de professores e estudantes, de envolvimento ativo de ambos na construção do saber e, sobretudo, no protagonismo de criar, ampliar a postura crítica e qualificar materiais de forma colaborativa e para o bem comum da comunidade de aprendizagem.

Na perspectiva de ensino, os REA contribuem para a expansão de novos olhares a respeito da colaboração no que tange a criação de materiais didáticos. No movimento REA defende-se a ideia de que o processo criativo e reflexivo que envolve a criação de recursos para apoio a aprendizagem não deve ocorrer exclusivamente de forma individualizada, em que cada indivíduo planeja e cria o seu próprio material para posterior exploração. O que se busca, portanto, é que as produções criadas individualmente possam ser publicadas abertamente na internet ou em demais espaços de divulgação, para que outros sujeitos possam acessar, qualificar e utilizar o material em outros contextos e, ainda, compartilhar a outra versão criada para acesso de todos. Ou seja, é preciso articular vivências colaborativas constantes entre pares, grupos ou sociedades, na construção conjunta de recursos.

A partir disso, Zanin (2017, p. 04) ressalta a possibilidade de economia de tempo e dinheiro, pois a partir da noção de acesso e aprimoramento de materiais já existentes “os autores trabalham em comunidade e não precisam partir do zero, mas utilizam o que já está na web. E economiza-se dinheiro porque o material ou *software*, por exemplo, é de uso livre, não necessita ser pago/comprado para ser utilizado”. No contexto da docência, pode-se compreender o movimento de colaboração da seguinte forma:

[...] navegando virtualmente em um repositório que comporta REA, o professor A seleciona um material educacional elaborado e compartilhado pelo professor B. Ele percebe que o material é relevante para a sua realidade de ensino, mas na sua opinião, o material precisa de complementos, como imagens ilustrativas e áudios. As edições/adaptações são feitas pelo professor A, que compartilha a sua nova versão no mesmo repositório – considerando que o recurso acessado permitiu tais modificações porque foi licenciado a partir de licença aberta a adaptações. O recurso educacional reelaborado pelo professor A, conseqüentemente irá ser acessado por um professor C, que irá beneficiar-se com as adaptações feitas, podendo também, reeditá-las, caso a licença escolhida pelo professor A permitir tais alterações. (Gandin, 2022, p. 72)

Tal configuração de trabalho em equipe é importante na área de ensino de línguas, pois os materiais didáticos tornam-se, majoritariamente, os principais veículos de apresentação da língua em seus aspectos linguísticos, fonológicos, culturais. Recorre-se, principalmente, à recursos audiovisuais ou apenas de áudio, para aprofundar ou desenvolver habilidades de escuta, pronúncia e compreensão na língua, por exemplo, textos imagéticos para articular conhecimentos e/ou aprimorar habilidades interpretativas, recursos textuais para relacionar aspectos linguísticos e sua diversidade a nível cultural. Nesse sentido, a atualização constante de informações e de dados e a

atenção no que tange às informações e a aspectos culturais são práticas essenciais para a qualificação dos materiais e, conseqüentemente, para a melhoria das aulas de idiomas.

A partir disso, é possível criar um recurso, enquanto professores, para exploração em aulas em uma determinada língua e, a partir da publicação deste material em um repositório online, um falante da língua em questão poderia acessar e enriquecer as informações que compõe o material a partir de seus conhecimentos culturais. Após a adição ou adequação das informações do recurso, este novo material poderia ser novamente compartilhado nas redes, beneficiando outros professores que se interessem pelo material. Destaca-se, ainda, nessa linha de colaboração, que os professores criadores de materiais também podem contribuir para a qualificação de recursos, no sentido de pensar e atuar, a partir da prática de edição, na veracidade das informações.

A autoria ou consumo de REA em práticas de ensino de línguas também é um dos caminhos para ofertar atividades mais personalizadas, no sentido de poder, por exemplo, adequar o recurso conforme diferentes contextos de ensino e aprendizagem, enfoques temáticos, objetivos de ensino, identidade e estilo do docente e perfil dos estudantes.

A importância da presença de REA em vivências de aprendizagem também é marcante. Enquanto estudantes de novas línguas em uma era digital e em constante conexão, crianças e jovens possuem a oportunidade de estabelecer contato com suportes móveis e com recursos visuais e audiovisuais que facilitam a compreensão de aspectos relacionados a pronúncia e a entonação, por exemplo. Na medida em que os REA digitais podem oferecer caminhos atrativos e inovadores através de ferramentas tecnológicas, os materiais impressos, por outro lado, dão conta de outras realidades de alcance do saber.

Estes podem atuar como recursos adicionais que podem ser explorados de forma conjunta com demais materiais didáticos, como os próprios materiais digitais, em uma perspectiva de complementação. Em atividades de aprofundamento gramatical e aspectos relacionados ao vocabulário na língua que está sendo aprendida, os REA impressos, podem, ainda, contribuir como mediação e/ou roteirização das informações em contextos de aprendizagem à distância, nos quais os estudantes não possuem ou não conseguem acessar informações ou orientações via internet.

Na dicotomia entre impresso e digital é importante destacar outros pontos nas quais os REA podem contribuir na aprendizagem dos estudantes de línguas, que é o reconhecimento de diferentes usos do idioma em práticas sociais e comunicativas distintas. Pelo teor de personalização devido a criação autoral desses recursos e dos vastos tipos de REA existentes, o estudante pode localizar ou ser apresentado a materiais que contribuam para a compreensão das particularidades existentes entre diálogos formais, informais, com uso de expressões idiomáticas e falsos cognatos, por exemplo, em materiais imagéticos e/ou audiovisuais. No campo da habilidade leitura, inúmeros livros, textos, tirinhas e demais materiais textuais podem ser acessados em formato aberto e, principalmente, disponíveis em diferentes línguas. Nesse sentido, é importante destacar que, quanto maior for o movimento REA e o engajamento social para qualificar e compartilhar os recursos abertos, mais recursos traduzidos e adaptados para diferentes línguas existirão.

Tal proposta de incorporação de diferentes línguas na dinâmica REA de materiais foi proposta de ação criada e publicada no Plano de Ação de Luibliana (2017), para enfrentamento dos desafios que surgem no campo dos REA:

Os REA devem estar disponíveis em vários idiomas, especialmente aqueles menos usados, com poucos recursos ou ameaçados, incluindo idiomas indígenas. Eles também devem ser adaptados ao contexto cultural correspondente em que são usados para sua assimilação em contextos locais dentro de uma estrutura de direitos humanos. (UNESCO, 2017, p. 05)<sup>2</sup>

Nesse sentido, pontua-se que, os Recursos Educacionais Abertos oferecem contribuições em uma via de mão dupla, na medida em que se destacam benéficos para exploração didática de professores e, a partir de outras particularidades, também oferecem novos horizontes para o estudo e aprendizagem de línguas. A autoria e o consumo de REA em práticas de ensino e aprendizagem de línguas possibilita outras aprendizagens, tanto para professores, como para estudantes, sobretudo do ensino médio – etapa formativa que requer um percurso de amadurecimento intelectual e de postura ética as vivências e experiências de aprendizagem na vida social.

#### **4 POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO ÉTICA A PARTIR DO MOVIMENTO REA**

Reter, reutilizar, revisar, remixar e redistribuir são as cinco liberdades que o movimento REA pode oferecer para a exploração de tais recursos, segundo Wiley (2014)<sup>3</sup>. Contudo, dependendo do tipo de licença em que o material for publicado, apenas algumas liberdades são possíveis de serem exploradas, o que requer um olhar interpretativo e noções básicas a respeito das licenças e também dos direitos autorais que envolvem o material. Tal postura crítica e ética diante da apropriação de materiais não é válida apenas aos recursos considerados REA, mas também aos demais que estão disponíveis na internet.

Nesse sentido, as reflexões desta seção buscam apresentar alguns princípios que permeiam o movimento REA e que podem auxiliar na construção de uma formação ética diante dos direitos autorais na etapa formativa do ensino médio. Diante disso, busca-se apontar alguns direitos e deveres que devem ser considerados por professores e estudantes, em uma perspectiva de postura de apropriação ética, sobretudo, em meio as redes móveis. Embora a ética seja posta em relação ao movimento REA e exprima a necessidade de seguimento dos princípios deste movimento, é preciso também considerar o seu sentido terminológico que pode ser compreendido como o “ramo da filosofia que fundamenta científica e teoricamente a discussão sobre valores, opções (liberdade), consciência, responsabilidade, o bem e o mal, o bom e o ruim etc.” (NOSELLA, 2008, p. 256).

---

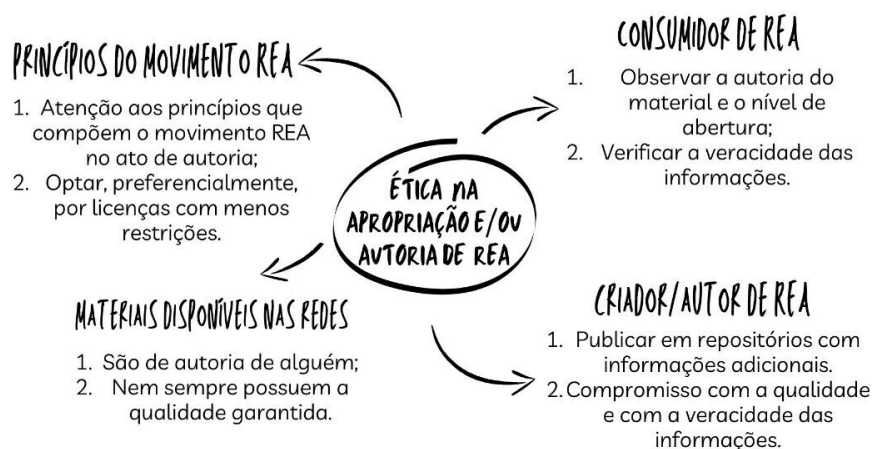
<sup>2</sup> Tradução nossa.

<sup>3</sup> Tradução nossa.

A ética se faz fundamental no campo da pesquisa, na medida em que compreende sentidos, ações e compreensões que devem ser norteadoras no processo de aprendizagem. Nosella (2008, p. 256) destaca que sem um direcionamento ético na pesquisa, essa “pode ser comparada a uma roda que gira cada vez mais veloz, sem rumo, sem direção, a esmo”. Por vincular-se à aspectos como responsabilidade e valores sociais, a ética se reconfigura de acordo com cada era e contextos. Considerando o contexto atual de pesquisa e experiências digitais, conectas e ubíquas, por exemplo, necessita-se repensar noções de ética para controle e qualificação das atividades sociais em meio as redes.

O movimento REA auxilia na compreensão de alguns aspectos relacionados à ética, na medida em que exige de autores e demais consumidores de recursos o seguimento de algumas ações para que direitos autorais não sejam infringidos. Diante disso, na sequência, serão apresentados quatro pontos (Figura 2) que fazem menção a uma postura ética em meio a apropriação e/ou autoria de REA que podem contribuir para uma formação atenta às práticas do mundo digital, sobretudo no ensino médio.

Figura 2 – Princípios éticos que envolvem o movimento REA



Fonte: elaborado pela autora

O primeiro princípio ético é a atenção quanto as próprias particularidades dos REA no ato de autoria. No momento do processo criativo é preciso seguir as normas do movimento de abertura, que destaca que para um recurso educacional ser considerado REA é preciso que ele esteja licenciado de forma aberta e que ainda possua abertura técnica que permita edições e modificações. O não seguimento de tais orientações podem desqualificar o recurso ou torná-lo restritivo, por isso, sugere-se o reconhecimento das possibilidades de licenciamento e quais são as liberdades que estas oferecem aos consumidores. A respeito disso, Manole (2014, p. 20) destaca que:

Para além da escolha do tipo de licença a ser atribuída ao trabalho criativo, os autores devem estar cientes das consequências da atribuição de determinadas licenças abertas. O autor pode

pensar que dissemina seu trabalho para o bem comum; entretanto, algumas licenças permitem a comercialização por parte de quem reusa o material autorado ou, até mesmo, de quem o utiliza em um contexto diverso do que o autor pretende, o que pode causar constrangimentos e problemas a esse autor no âmbito da comunidade científica.

Nesse sentido, propõem-se o licenciamento *Creative Commons* e ainda com a escolha de licenças com menos restrições, como a licença CC BY, que apenas exige a atribuição da fonte ou a licença CC BY SA, que também solicita a atribuição seguido do compartilhamento pela mesma licença.

O segundo ponto diz respeito à prática de criação/autoria de REA. Uma questão ética no processo de criação é o compromisso em dar sequência ao movimento de colaboração, para que mais pessoas possam usufruir do material e qualificá-lo. Por isso, torna-se importante estar atento a dois aspectos: publicação do material criado em repositórios ou demais páginas para armazenamento de REA na rede móvel, além de informar, durante a publicação, os metadados para acesso e demais informações a respeito do material; e compromisso com a qualidade e veracidade das informações que compõe o recurso. Estes dois aspectos são importantes para facilitar o processo futuro de apropriação e também fortalecem, em uma perspectiva de seriedade e responsabilidade, o percurso histórico dos Recursos Educacionais Abertos, sobretudo, na educação.

Além disso, no contexto de ensino de línguas, quando os materiais estão publicados de forma organizada e com todos os dados preenchidos, facilita-se, por exemplo, a prática de tradução para outras línguas e a personalização para dar conta de específicos percursos de aprendizagem, pois tem-se acesso facilitado ao *software* em que o recurso foi elaborado. Nesse sentido, Zanin (2017, p. 05) contribui apontando que

Todas as informações do recurso de aprendizagem devem estar disponíveis, de forma acessível, para que o usuário esteja consciente tanto das potencialidades do REA como da licença de uso, e o utilize adequadamente para que seja atingido o objetivo educacional sem violação dos direitos do autor.

A atenção quanto a pesquisa de materiais que estão disponíveis nas redes pode ser considerada um dos principais aspectos que envolvem a busca e a seleção de REA para exploração nas práticas de aprendizagem. Quando se navega em meio as redes móveis da internet para encontrar algum material, como livros, imagens, informações em outros formatos, é preciso ter a noção clara de que todo e qualquer material disponível nesta vasta fonte é de autoria de alguém ou de algum órgão/empresa, a menos que esteja em domínio público, e que, portanto, nem sempre permite o acesso de forma aberta.

A respeito disso, é importante compreender que

[...] se a obra não estiver em domínio público ou sob uma licença aberta, somente é permitido o uso de passagens da obra, não sendo permitida a digitalização, cópia integral, distribuição, alteração, “remix” e outras liberdades que caracterizam recursos abertos, que são essenciais na sociedade da educação e informação moderna. (Zanin, 2017, p. 07)

Neste contexto, destacado pela autora, observa-se que o material está disponibilizado através de uma licença restritiva à exploração por reservar os direitos autorais do autor. Compreender o que são direitos autorais também é prática importante e relacionada a uma postura ética no âmbito dos REA, pois o movimento de abertura está diretamente relacionado ao direito patrimonial, este que se constitui como um dos pilares do conceito de direitos autorais. De modo explicativo, Mallmann *et al.*, (2018, p. 171) conceituam, com base na legislação brasileira de nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, os termos relacionados ao direito autoral.

Analisando a legislação vigente, pode-se dizer que direito autoral é um conjunto de prerrogativas conferidas por legislação específica a uma pessoa física ou jurídica mentora de uma obra literária, artística ou científica para que ela possa usufruir dos direitos morais e patrimoniais relativos à exploração de sua obra. Entende-se por direito moral, o direito que assegura ao criador/autor a garantia de ter seu nome vinculado à publicação de sua obra, a integridade desta, bem como o direito de modificá-la e de retirá-la de circulação; já o direito patrimonial refere-se às questões econômicas da utilização da obra. O autor pode transferir o direito patrimonial para quem desejar, pessoa física ou jurídica, mas o direito moral é intransferível, pois é inalienável e irrenunciável.

Por outro lado, na medida em que o recurso pode não expandir o direito patrimonial aos interessados pelo material, este também pode não ter a qualidade garantida. Materiais para fins de aprendizagem de idiomas necessitam de uma revisão quanto à possibilidade de propagação de preconceitos linguísticos e culturais e padronização e/ou priorização de aspectos culturais específicos de uma região, o que oferece ao estudante uma micro e excludente dimensão sociolinguística.

Ao observar aspectos basilares do que são direitos autorais e o que os compõem, chega-se ao último ponto ético a respeito do movimento REA, esse vinculado a uma perspectiva de consumo. Neste aspecto, é importante observar a autoria do material e o nível de abertura por meio da licença e, ainda, observar, como já destacado, a veracidade das informações. Em meio ao movimento ubíquo e constante de produção em meio as redes, Manole (2014, p. 120) destaca que “a autoria torna-se líquida, hipermediática, porém sempre carrega a marca do autor” e por, justamente, sempre carregar a marca do autor, mesmo quando esse abre mão de seus direitos patrimoniais, é preciso, em todas as situações, indicar a autoria da obra.

Ou seja, resumidamente, é responsabilidade do sujeito interessado pelo material estar atento à autoria do recurso – essa que diz respeito aos direitos morais do autor. Ainda deverá estar atento ao tipo de licença que lhe dirá o que será possível fazer com o recurso – licença respectiva aos direitos patrimoniais que serão cedidos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Centrada em discussões a respeito de uma formação ética voltada ao público do ensino médio, mas que também envolve o perfil e a prática docente, essa pesquisa objetivou apontar alguns princípios que permeiam o movimento REA e que podem

auxiliar nesse percurso formativo ético no ensino de línguas. Os pontos destacados convergem, majoritariamente, tanto em uma perspectiva de consumo como de criação, para os mesmos aspectos, que são: direitos autorais, particularidades dos REA e veracidade das informações e conteúdos que compõe o material.

Nesse sentido, em uma linha conclusiva, pode-se pensar a respeito da seguinte indagação, por que resgatar ou instigar em meio ao processo formativo ações éticas e, ainda, vinculadas ao movimento REA no ensino médio em contexto de aprendizagem de línguas? Uma resposta que pode tentar justificar o porquê de tal abordagem é a ideia de que práticas de pesquisa e apropriação de informações e materiais da internet fazem parte de muitas ações cotidianas dos estudantes, assim como a criação/autoria, por vezes inconsciente, de recursos. É comum, portanto, que crianças e jovens se apropriem de páginas da internet ou de recursos audiovisuais, como imagens e vídeos, para a realização de trabalhos escolares, por exemplo. Diante disso, é importante, sobretudo nesta etapa formativa, propor discussões sob um viés crítico e coerente, para que seja possível, não apenas formar estudantes a nível conteudista, mas também com uma postura ética de como se portar e interagir na cibercultura, principalmente em contextos de criação e busca de materiais.

Por outro lado, em contexto de ensino e aprendizagem de outros idiomas a formação ética pode ser potencializada. Isso porque esse é um contexto em que se necessita, com uma maior dependência, de recursos de apoio para ilustrar contextos comunicativos, rememorar pronúncias e aspectos culturais, observar situações diversas e distintas do uso da língua, entre outras práticas importantes para a aprendizagem. Esta maior usabilidade de vídeos, áudios, recursos visuais, textos em diferentes formatos e suportes já demonstra que é preciso pensar sobre a própria exploração e, também, questionar a qualidade e a seriedade dos recursos diante de aspectos culturais vinculados a língua, para que não sejam reforçadores de preconceitos.

Defende-se, ainda, que refletir sobre esses pontos em REA que está em uso em contexto escolar aguça os sentidos para se observar os demais materiais, textos e informações que também estão à disposição destes estudantes. O que se espera, com isso, é que o olhar crítico evolua para uma maior participação autoral dos estudantes, na medida em que estes possam produzir seus próprios vídeos na língua que está sendo aprendida, publicar seus próprios *podcasts*, organizar infográficos e imagens e, com isso, fazer-se presente de forma ética e ativa na sociedade real e das redes.

## REFERÊNCIAS

ATKINS, Daniel Ewell; BROWN, John Seely; HAMMOND, Allen L. *A review of the open educational resources (OER) movement: Achievements, challenges, and new opportunities*. Mountain View: Creative common, 2007. Disponível em: <https://hewlett.org/wp-content/uploads/2016/08/ReviewoftheOERMovement.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base nacional comum curricular*. Brasília, DF, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_sitete.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sitete.pdf). Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19610.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.610%2C%20DE%2019%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201998.&text=Altera%2C%20atualiza%20e%20consolida%20a,autorais%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.,os%20que%20lhes%20s%C3%A3o%20conexos](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.610%2C%20DE%2019%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201998.&text=Altera%2C%20atualiza%20e%20consolida%20a,autorais%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.,os%20que%20lhes%20s%C3%A3o%20conexos). Acesso em: 04 mar. 2023.

GANDIN, Hellen Boton. Recursos educacionais abertos para a qualificação leitora em língua inglesa: vivências digitais e interculturais para o ensino médio. 2022. 132 f. *Dissertação (Mestrado)* – Mestrado em Educação, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2022.

LEFFA, Vilson José. Uma outra aprendizagem é possível: colaboração em massa, recursos educacionais abertos e ensino de línguas. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 55, n. 2, p. 353-378, ago. 2016. Disponível em: [https://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/outra\\_aprendizagem.pdf](https://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/outra_aprendizagem.pdf). Acesso em: 09 fev. 2023.

MALLMANN, Elena Maria *et al.* AUTORIA E COAUTORIA COMO ATOS ÉTICOS E ESTÉTICOS EMERGENTES NO MOVIMENTO RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS. *EmRede: Revista de Educação a Distância*, [s. l], v. 5, n. 1, p. 167-182, 2018. Publicação Contínua. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/295/310>. Acesso em: 04 mar. 2023.

MALLMANN, Elena Maria; MAZZARDO, Mara Denize (org.). *Fluência Tecnológico Pedagógica (FTP) em Recursos Educacionais Abertos*. Santa Maria: Gepeter, 2020. Disponível em: <https://gepeter.proj.ufsm.br/pressbook/livrorea/>. Acesso em: 21 fev. 2023.

MANOLE, Daniela. *Recursos educacionais abertos e direitos autorais em ambientes virtuais de aprendizagem*: conflitos e perspectivas. 2014. 154 f. *Dissertação (Mestrado)* - Curso de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/9797/1/Daniela%20Manole.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

NOSELLA, Paolo. Ética e pesquisa. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 29, n. 102, p. 255-273, jan-abr. 2008. Trimestral. Disponível em: [scielo.br/j/es/a/9HTpY96qdgMhfhYsWsnBQh/?lang=pt&format=pdf](https://scielo.br/j/es/a/9HTpY96qdgMhfhYsWsnBQh/?lang=pt&format=pdf). Acesso em: 20 fev. 2023.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Directrices para la elaboración de políticas de recursos educativos abiertos*. UNESCO, 2019.

Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373558?posInSet=1&queryId=648e2445-b0d4-4bf8-b0be-fc93f69d25b2>. Acesso em: 21 mar. 2021.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Segundo Congreso Mundial sobre los REA: Plan de Acción de Liubliana sobre los REA*.

UNESCO, 2017. Disponível em:

[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260762\\_spa#:~:text=El%20Plan%20de%20acci%C3%B3n%20de%20Liubliana%20sobre%20los%20REA%20encarna,la%20equidad%20y%20la%20inclusi%C3%B3n](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260762_spa#:~:text=El%20Plan%20de%20acci%C3%B3n%20de%20Liubliana%20sobre%20los%20REA%20encarna,la%20equidad%20y%20la%20inclusi%C3%B3n). Acesso em: 24 fev. 2023.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

*Declaração REA de Paris*. UNESCO, 2012. Disponível em:

[http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/Events/Portuguese\\_Paris\\_OER\\_Declaration.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/Events/Portuguese_Paris_OER_Declaration.pdf). Acesso em: 22 mar. 2021.

WILEY, David. *The Access Compromise And The 5th R*. 2014. Disponível em:

<https://goo.gl/DLH5J3>. Acesso em: 05 de mar. 2021.

ZANIN, Alice Aquino. Recursos educacionais abertos e direitos autorais: análise de sítios educacionais brasileiros. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 71, p. 1- 25, 7 dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n71/1809-449Xrbedu-22-71-e227174.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.